



Futuro Sustentável - Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO:

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, ESPAÇOS VERDES E ÁREAS VERDES

Data: Quinta-feira de 2 Junho de 2005

Local: Sala 2 – 6º piso da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Presentes	
Ana Albuquerque Barata Joana Manuela Oliveira Pedro Macedo	Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa (Equipa Técnica)
João Nuno Vilhena Gusmão	Câmara Municipal da Maia
Maria João Murta	Câmara Municipal de Gondomar
António Leite Ramalho	Câmara Municipal de Póvoa de Varzim
Eduardo Leite Marília Oliveira Miguel Ângelo Lopes Vidal	Câmara Municipal de Valongo
Luís Mamede Maia de Sousa	Câmara Municipal do Porto
Paula Ventura Araújo	Campo Aberto
Célia M ^ª Gomes O. Ramos José Alves Cangeiro Rute Teixeira	CCDR Norte
José Luís Gonçalves Paulo Duque Gonçalves	DRAEDM
Teresa Andresen	Faculdade de Ciências, Universidade do Porto
Miguel Moura Portugal	ICN - PNPG

Tema	Descrição
1 – Apresentação do projecto “Futuro Sustentável” pela Equipa técnica	<p>Pedro Macedo começou a reunião por fazer uma breve descrição do projecto: Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente, na qual expôs os principais objectivos, resultados, acções realizadas e em curso, como também descreveu algumas das principais acções propostas.</p> <p>Resumidamente, o Futuro Sustentável é um processo através do qual as autoridades trabalham em parceria com os vários sectores da comunidade na elaboração de um Plano de Acção de modo a promover a sustentabilidade regional e a qualidade de vida dos cidadãos do Grande Porto.</p> <p>Após a apresentação do esquema de trabalhos do Futuro Sustentável, o Pedro Macedo explicou todo o processo de selecção dos 4 temas principais:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Água2. Transportes e mobilidade/Qualidade do ar3. Ordenamentos do território, espaços verdes e áreas naturais4. Educação e formação ambiental.

	<p>A sua selecção foi baseada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o relatório do questionário Sinal Verde realizado à população do Grande Porto; - o relatório do questionário realizado a instituições e personalidades do Grande Porto; - os relatórios das reuniões participativas de cada concelho; e - os relatórios parcelares das reuniões com as Juntas de Freguesia.
--	---

Tema	Descrição
2 - Importância e objectivos dos Grupos de Trabalho Temáticos	<p>No seguimento da apresentação do projecto "Futuro Sustentável", Pedro Macedo continuou a reunião com a apresentação do conceito de Grupos de Trabalho Temáticos (GTT).</p> <p>Reforçou-se a ideia de que os GTT têm um papel fundamental em estruturar o Diagnóstico, acompanhar a elaboração deste, aprovar e participar na definição de visão para o futuro e propor objectivos específicos e metas concretas para indicadores-chave. Os GTT constituem mecanismos de participação cívica e articulação regional.</p> <p>De seguida, procedeu-se às apresentações individuais dos presentes na reunião.</p>

Tema	Descrição
3. Tema: Ordenamento do Território, Espaços Verdes e Áreas Naturais	<p>Pedro Macedo apresentou a proposta de estrutura de diagnóstico para o tema Ordenamento do território, espaços verdes e áreas naturais.</p> <p>Explicou que com esta reunião do GTT pretende-se, para além de aprovar a abordagem ao diagnóstico, conhecer as articulações regionais, o que está a ser feito nesta área, que medidas são necessárias, e, entre outras coisas onde é necessário actuar.</p> <p>Esclareceu-se que os temas específicos são: prevenir os incêndios e promover o ordenamento da floresta, paralelamente com a protecção dos espaços naturais.</p> <p>Posteriormente passou-se ao debate do tema.</p>

Tema	Descrição
4. Debate de ideias para a estrutura do diagnóstico	<p>Luís Mamede foi o primeiro a intervir dizendo que a cidade do Porto terá alguma dificuldade de enquadramento nestas preocupações com os fogos florestais, na medida em que o solo é totalmente urbano e não possui áreas florestais. Por outro lado lembrou que a Lipor não representa a totalidade dos Concelhos do Grande Porto e que este espaço de todo não corresponde a um espaço regional, e que por isso porque não a CCDRN a liderar o projecto?</p> <p>Interrogou-se sobre o facto da Equipa técnica ter dito que inicialmente seriam abordados 6 temas e agora apenas aparecem 4 temas, e também gostaria de perceber que critérios foram utilizados na selecção. Mostrou ainda interesse</p>

em aceder ao formato dos inquéritos efectuados e respectivo sistema de ponderação das escolhas dos vectores de actuação, demonstrando ter dúvidas que neste espaço as preocupações dos diferentes parceiros/interlocutores metropolitanos tenham sido os incêndios; assim como, se assim fosse, e se o inquérito tivesse sido feito no Outono/Inverno, certamente que os resultados seriam outros.

A esta questão Pedro Macedo respondeu afirmando que inicialmente definiram-se 6 temas, mas estes foram agrupados em 4 eixos específicos. A decisão dos 4 temas foi baseada em sondagens, questionários e reuniões.

Por outro lado, acrescentou que os decisores da Junta Metropolitana do Porto / Área Metropolitana do Porto são os mesmos que pertencem à Lipor, ou seja, foram as mesmas pessoas que decidiram arrancar com o projecto no contexto da LIPOR, legitimando o processo.

Pedro Macedo acrescentou que a discussão envolverá espaços naturais e áreas verdes de influência regional, como o Parque da Cidade ou a área do Parque Oriental.

Rute Teixeira disse que a Lipor tem no seu conselho administrativo representantes de todos os concelhos. Este projecto faz todo o sentido, embora só agora é que algo esteja a ser feito. A CCDR já tentou anteriormente fazer um estudo de Plano de Ordenamento do Território, mas não teve sucesso; este projecto poderia enfrentar esse desafio.

Célia Ramos referiu que em relação ao conteúdo do diagnóstico, é fundamental não esquecer o Litoral (cujo plano de ordenamento da orla costeira está em revisão), o Rio Douro e o seu estuário e mesmo a albufeira Crestuma/Lever, que possui um plano especial de ordenamento do território.

Teresa Andresen considerou que este projecto favorece a cidadania, constituindo um ponto de partida para a participação. Ao dar estrutura ao território permite a sua apropriação por parte da população. A sua legitimidade advém do facto de ser um projecto “bottom-up”. Defendeu que converge com o trabalho desenvolvido de definição da Estrutura Ecológica do Grande Porto.

No que respeita ao modelo adoptado para o diagnóstico não tem nada a propor.

Mencionou que o facto da prevenção dos fogos aparecer em primeiro lugar nas sondagens acrescenta uma grande responsabilidade ao projecto, já que no Grande Porto temos grandes áreas florestais encostadas a aglomerados populacionais, constituindo um risco significativo. Quando há fogos os bombeiros e os cidadãos preocupam-se em defender as casas e não a floresta, os bombeiros só sabem lidar com fogos urbanos, portanto estamos a falar de algo muito mais sério. Gerir o risco é muito difícil, no entanto, é uma questão muito pertinente.

Outros elementos importantes a considerar no diagnóstico são o Rio Leça, o Ave, o Este, o Febros, o Douro e o Sousa, mas também as Serras. Defendeu que o exemplo de Gaia é excelente, pois tem tido um desempenho exemplar

no domínio hídrico. Acrescentou que precisamos de um apoio por parte dos proprietários florestais de forma a proteger certos espaços, encontrando-se os métodos de gestão mais adequados.

O Norte 2015 define prioridades de investimento que se podem articular com o projecto.

Rute Teixeira sugeriu ainda enviar convite para o GTT à Protecção Civil e Forestis.

José Luís Gonçalves considerou que a sensibilização é uma ferramenta fundamental. É urgente encontrar uma forma para sensibilizar a população e dar algum contributo para se continuar a cultivar os terrenos, cujo abandono é um factor de risco.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) pretendem ser elementos estruturantes para a intervenção, porém não existe dinamismo suficiente para a sua materialização. Através dos Planos Directores Municipais, por imposição legal e do respectivo regulamento, fazem-se chegar aos cidadãos as orientações emanadas dos PROF.

António Ramalho reforçou a importância da participação da Protecção Civil no GTT. Foi ainda realizada a proposta para convidar a Circunscrição Florestal do Norte.

Por sua vez, José Canguero colocou um conjunto de questões: o que é o Plano de Acção previsto no projecto, em que consiste e como fazer um plano de acção para um tema tão vasto. Acrescentou que a análise a efectuar se deve enquadrar com as Unidades de Paisagem definidas.

Pedro Macedo respondeu que o Plano de Acção será um conjunto de “projectos-bandeira”. Serão acções que estarão a priori já consensualizadas e com implementação garantida.

No entanto, José Canguero acrescentou que as medidas terão de ser concretas. Por exemplo, a estrutura ecológica é fundamental, mas há um conjunto de áreas de cada concelho que não estão contemplados na estrutura ecológica.

Pedro Macedo explicou que a aposta do projecto é promover e mobilizar o cidadão “comum”, mas simultaneamente garantir compromissos de entidades como a CCDR, o ICN, etc. No final do projecto teremos um conjunto de acções e propostas exequíveis, das quais resultarão recomendações para serem efectivamente implementadas.

Um outro aspecto chave são os Conselhos Municipais do Ambiente (CMA), constituídos por diferentes entidades, que ao nível municipal fazem chegar a informação a diferentes locais do concelho, mas também funcionam como instrumento de articulação regional.

Luís Mamede afirma que tem dúvidas relativamente à metodologia adoptada, pois as câmaras poderão não adoptar as medidas propostas, devendo-se por isso manter o projecto ao nível das recomendações.

Pedro Macedo clarificou que pretendemos ter projectos reais. Há potencial para

atingir os objectivos estabelecidos. Alias, por experiência profissional afirmou que as Agendas 21 ganham muita força pela legitimidade que lhe está associada, e que o Futuro Sustentável também se trata de um projecto de participação pública. Obviamente que é uma esperança, mas acredita-se que se poderá ir até ao fim (concretização de projectos).

Paulo Araújo defendeu que, embora no caso do Porto haja pouco para fazer relativamente a áreas naturais, o Parque Oriental poderia funcionar como uma parceria entre o Porto e Gondomar de forma a preservá-lo. O vale do Rio Torto teria alguma importância conservar, uma vez que há ainda alguma agricultura.

Daí que seria um desafio importante tentar proteger e preservar estas áreas.

João Nuno Gusmão comentou que a frase que aparece na documentação fornecida nas pastas: “prevenção dos incêndios e promoção do ordenamento da floresta” deveria aparecer ao contrário: “promover o ordenamento da floresta para tentar prevenir os incêndios”. Deveríamos pensar globalmente e depois partir para o pormenor.

Miguel Portugal apresentou um caso em Manchester de ordenamento do território que pode servir de exemplo. Trata-se de uma área com vários aglomerados urbanos, rodeados e interligados por vales e rios, transformados em locais degradados. Foi implementado um amplo projecto de regeneração dos rios, para que estes locais tivessem melhor qualidade, contribuindo assim para que os habitantes usufruíssem destes espaços. Miguel Portugal afirmou é fundamental quebrar a dicotomia entre o rural e o urbano. E, a cidade do Porto pode e deve ter diversidade biológica.

José Canguero concluiu que para tal é necessário existir um grupo de acompanhamento do projecto, de forma a ver a sua evolução.

Teresa Andresen disponibilizou-se a ajudar no que for preciso para a elaboração e implementação do Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente no Grande Porto.

Por fim, Pedro Macedo salientou a importância dos elementos do GTT divulgarem e participarem no Fórum “Ambiente no Grande Porto”.

Porto, 15 de Junho de 2005

Acta redigida por Joana Oliveira

Comentários para: jmoliveira@esb.ucp.pt